



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



Processo nº: 20.975/13 (a)

Jurisdicionada: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

Assunto: Auditoria de Regularidade

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE

MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Advogado: Dr. Igor Lopes Carvalho (OAB/DF nº 25.434)

Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

Ementa: Auditoria realizada na Polícia Civil do DF, no exercício de 2013, com o fim de averiguar a regularidade dos aspectos financeiros de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, da acumulação de cargos, das pensões concedidas a filhas maiores e solteiras, bem como o cumprimento de deliberações desta Corte. Recomendações e determinações à jurisdicionada (Decisão nº 1.211/14-CPM). Cumprimento parcial. Reiteração da parte não atendida e cientificação dos servidores Euler Costa Vidigal e José Henrique da Silva para que optem por uma das aposentadorias (Decisão nº 4.016/14-CPM). Atendimento parcial e apresentação de alegações de defesa pelos servidores. PARECERES CONVERGENTES: reiteração de parte da Decisão nº 4.016/14-CPM, realização de novas diligências e improcedência das respostas oferecidas. VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada na Polícia Civil do Distrito Federal, em atendimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2013, para verificar a regularidade dos pagamentos de parcelas remuneratórias (subsídios) efetuados a servidores ativos, inativos e pensionistas; da acumulação de cargos; de pensões concedidas a filhas maiores e solteiras; bem como o cumprimento de determinações contidas em concessões julgadas ilegais e legais com recomendação posterior.

2. Na derradeira apreciação dos autos, Sessão Ordinária de 14.8.2014, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, proferiu a Decisão nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



4.016/14 (fls. 798/799), **in verbis**:

DECISÃO Nº 4.016/14 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação de fls. 783/791 e dos documentos de fls. 638/782; II – ter por parcialmente atendida a Decisão nº 1.211/14; III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) dê fiel cumprimento aos seguintes incisos da Decisão nº 1.211/14, encaminhando a documentação probatória respectiva: 1) ao inciso IV – no sentido de envidar esforços junto ao gestor do SIAPE (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) para corrigir as divergências detectadas entre o percentual do Adicional por Tempo de Serviço – ATS consignado nos demonstrativos de pagamentos e aquele apurado para esse fim, constantes dos mapas demonstrativos dos respectivos servidores, bem como junto ao gestor do SGRH (SEAP), objetivando a atualização dos cadastros funcionais dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, em especial a correção dos percentuais de ATS dos casos listados no Quadro IV do Relatório de Auditoria, salvo no que se refere aos servidores Hélio dos Santos e Sebastião Eustáquio Andrade, cujos percentuais de ATS já foram corrigidos; 2) ao inciso V, alínea “a” no sentido de ajustar os pagamentos efetuados ao aposentado Sebastião Eustáquio Andrade, na proporcionalidade constante do abono provisório de fl. 256 do Processo 050.002.334/1992, observando as orientações emanadas da Decisão nº 6.806/2007 e do Enunciado 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, tendo em conta os procedimentos levados a efeito no Processo 052.000.761/2014; 3) ao inciso V, alínea “b” no sentido de informar sobre o resultado dos processos instaurados para apurar a regularidade da acumulação de cargos dos servidores Ana Maria Cabral Ribeiro, Edmilson Mendes Coutinho, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Gilberto Pereira Alves, Ricardo Leite Santos Medeiros, Márcia Cristina Barros e Silva dos Reis, Márcia Schelb, Marco de Agassiz Almeida Vasques e José Ribamar Sousa Machado Filho; b) cientificar: 1) o servidor Euler Costa Vidigal que nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea “c”, da Constituição Federal não é possível a acumulação de mais de duas aposentadorias no cargo de médico e que deverá optar aposentadoria que deseja, adotando as providências pertinentes e encaminhando ao Tribunal a documentação que comprove a efetividade da opção realizada; 2) o servidor José Henrique da Silva, aposentado nos cargos de agente de polícia e de motorista, para que opte por uma delas, por se tratarem de cargos inacumuláveis, nos termos constitucionais, adotando as providências pertinentes e encaminhando ao Tribunal a documentação que comprove a efetividade da opção realizada; c) oficiar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para que suspenda o pagamento do auxílio-alimentação aos servidores Alexandre França Ricciardi, Simone Correa Rosa, Erudith Mendes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Fls.:

Proc.: 20.975/13

Rubrica

Rocha Curado e Márcia Schelb, os quais optaram por receber o benefício pela Polícia Civil do Distrito Federal; d) apure, com vista ao ressarcimento ao erário, os valores do auxílio-alimentação percebidos indevidamente, de março/2011 até a cessação do pagamento em duplicidade, pelos servidores elencados na alínea anterior e por Cristiane Alves Costa, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Marise Helena Frigini da Silva, Ricardo César Frade Nogueira, Vilson de Matos Lima e Cristiano Gonçalves Fleury Curado, a teor da legislação de regência (art. 22, § 2º, da Lei Federal nº 8.460/92, com redação dada pela Lei Federal nº 9.527/97 e o art. 112, inciso II, da Lei Complementar nº 840/2011) e da jurisprudência do TCDF (inciso V da Decisão nº 485/2011), noticiando, ainda, quanto a José Geraldo de Andrade Júnior e Edmilson Mendes Coutinho, o resultado das apurações tratadas nos Processos nºs 052.000.763/2014 e 052.000.762/2014, respectivamente; e) encaminhe ao Tribunal o resultado das apurações e respectivas providências adotadas relativamente às situações relatadas no inciso V, alínea “e”, da Decisão 1.211/2014, de modo que, confirmada qualquer irregularidade na percepção de pensão temporária, adote as providências previstas na legislação de regência (Lei nº 3.373/58) e na jurisprudência do TCDF (Decisão nº 1.327/2007), incluindo a imediata cessação dos pagamentos e apuração dos valores recebidos indevidamente para fins de ressarcimento ao erário, sem olvidar dos princípios do contraditório e da ampla defesa; IV – esclarecer à jurisdicionada que, para regularidade dos processos apuratórios relativos a acumulação de cargos (especialmente dos servidores referidos no inciso III, alínea “a”, item 3 e para a situação tratada nos Processos nºs 052.000.305/2010, 052.000.919/2010 e 052.000.979/2010, respectivamente de interesse de Marina Ramthum do Amaral, Antônio Gomes Franqueiro e Alexandre Lacerda de Brito), é imprescindível a avaliação da compatibilidade horária, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, motivo pelo qual deve obter, junto ao servidor ou junto ao outro órgão/entidade empregador, informações acerca da carga horária lá exercida; V – autorizar a remessa de cópia da Informação de fls. 783/791 e desta decisão à Polícia Civil do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para melhor compreensão da matéria.”

3. O momento processual é de análise do cumprimento do **decisum**.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

4. O Corpo Técnico, por meio da Informação de fls. 1103/1117, examina a matéria nos termos seguintes:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



“4. A Polícia Civil do DF, por meio do Ofício nº 2.040/2014 – DGP (fls. 904/908), de 21.10.2014, informou sobre os atos e as providências envidadas pela jurisdicionada objetivando alcançar o adequado cumprimento das recomendações de que cuida a Decisão nº 4.016/14. Para tanto, acostou aos autos documentação comprobatória (fls. 909/1025).

5. Também constam dos autos as providências adotadas pela Secretaria de Estado de Saúde do DF em atendimento ao item “III.c” do citado Decisum, cujos atos foram encaminhados por meio do Ofício nº 2.920/2014 - GAB/SES (fls. 803/844), de 06.10.2014.

6. Assim, tendo em vista as informações e os documentos acima mencionados, passa-se à análise individual dos itens constantes da Decisão nº 4.016/14.

- “III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

a) dê fiel cumprimento aos seguintes incisos da Decisão nº 1.211/14, encaminhando a documentação probatória respectiva:

1) ao inciso IV – no sentido de envidar esforços junto ao gestor do SIAPE (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) para corrigir as divergências detectadas entre o percentual do Adicional por Tempo de Serviço – ATS consignado nos demonstrativos de pagamentos e aquele apurado para esse fim, constantes dos mapas demonstrativos dos respectivos servidores, bem como junto ao gestor do SIGRH (SEAP), objetivando a atualização dos cadastros funcionais dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, em especial a correção dos percentuais de ATS dos casos listados no Quadro IV do Relatório de Auditoria, salvo no que se refere aos servidores Hélio dos Santos e Sebastião Eustáquio Andrade, cujos percentuais de ATS já foram corrigidos;”

7. Conforme documentação acostada às fls. 909/959, restou comprovada a correção no SIAPE do ATS atribuído aos servidores ali discriminados, à exceção dos servidores Eustáquio Alberi de Carvalho (fls. 926) e Ricardo Dias Caldeira (fls. 946), em que consta registrado o percentual de 24%, quando o correto deveria ser 23% e 22%, respectivamente, situação que merece providências.

- “2) ao inciso V, alínea “a” no sentido de ajustar os pagamentos efetuados ao aposentado Sebastião Eustáquio Andrade, na proporcionalidade constante do abono provisório de fl. 256 do Processo 050.002.334/1992, observando as orientações emanadas da Decisão nº 6.806/2007 e do Enunciado 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, tendo em conta os procedimentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



levados a efeito no Processo 052.000.761/2014;”

8. Na documentação apresentada (fls. 960) o cálculo dos proventos do servidor, registrado no SIAPE, observa a proporcionalidade de 10/35 avos. Em observância ao art. 191 da Lei nº 8.112/90, o servidor encontra-se atualmente recebendo 1/3 da remuneração da atividade, ajuste automático feito pelo sistema SIAPE em tais situações, de acordo com informações constantes a fl. 905.

- “3) ao inciso V, alínea “b” no sentido de informar sobre o resultado dos processos instaurados para apurar a regularidade da acumulação de cargos dos servidores Ana Maria Cabral Ribeiro, Edmilson Mendes Coutinho, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Gilberto Pereira Alves, Ricardo Leite Santos Medeiros, Márcia Cristina Barros e Silva dos Reis, Márcia Schelb, Marco de Agassiz Almeida Vasques e José Ribamar Sousa Machado Filho;”

9. Visando cumprir a determinação acima, a PCDF esclareceu que já foram instaurados os processos para a apuração da regularidade das acumulações de cargos a que incidem os servidores nominados, apresentando-se ainda inconclusos os trabalhos a cargo da Comissão de Acumulação de Cargos (fl. 968).

10. À fl. 905, a jurisdicionada destacou a situação dos servidores Ana Maria Cabral Ribeiro, ressaltando que o processo de acumulação foi instaurado em 12.09.2014, e que tão logo seja proferida decisão pela Comissão Permanente de Acumulação, esta Corte será informada, e de Edmilson Mendes Coutinho de que foi autuado o processo administrativo nº 052.001903/2014 para tratar da acumulação de cargos. O referido servidor retornou ao exercício de seu cargo efetivo na SES/DF, onde se encontrava afastado de suas atividades naquela Pasta por exercer cargo comissionado na PCDF no período de 20.11.2008 a 09.09.2012 (fls. 961/967).

11. Cabe esclarecer que a Jurisdicionada tomou conhecimento das situações de acumulação de cargos na PCDF em 01.04.2014 (fls. 637) e, em 29.05.2014, encaminhou Ofício a este Tribunal informando as providências adotadas em função da Decisão nº 1.211/2014 (fls. 665/672), dentre elas Memorando à Comissão Permanente de Acumulação de Cargos para os devidos fins. Ocorre que, passados cinco meses, os processos de acumulação continuam em análise, em claro descumprimento ao §7º do artigo 133 da Lei nº 8.112/90, que estabelece prazo de 30 dias para conclusão, prorrogáveis por mais quinze.

12. Diante dos esclarecimentos prestados, sugere-se à PCDF que dê celeridade ao exame dos processos de acumulação dos servidores acima mencionados, encaminhando o resultado da apuração a esta Corte de Contas para conhecimento, atentando-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



se ainda para o conteúdo do §7º do artigo 133 da Lei nº 8.112/90, sem prejuízo de alertar a jurisdicionada de que o descumprimento imotivado ou reiterado de decisões do Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa, haja vista os incisos IV e VII do art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94.

- “b) cientificar:

1) o servidor Euler Costa Vidigal que nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea “c”, da Constituição Federal não é possível a acumulação de mais de duas aposentadorias no cargo de médico e que deverá optar aposentadoria que deseja, adotando as providências pertinentes e encaminhando ao Tribunal a documentação que comprove a efetividade da opção realizada;”

13. Em atendimento à determinação do item “III.b.1” da Decisão 4.016/14, consta dos autos que a PCDF promoveu a notificação do servidor Euler Costa Vidigal (fls. 969).

14. O servidor, de sua vez, pronunciou-se a fls. 970/971, no sentido de que não lhe “foi oportunizado o direito ao contraditório e à ampla defesa no referido processo administrativo, bem como que já decaiu o direito de revisão de minha aposentadoria pelo fato de que já passou mais de cinco anos da concessão e homologação destas. Assim, primeiramente requer a análise e deliberação acerca desses fatos”. Aduziu, ainda, que “caso não sejam acolhidos os argumentos apresentados, desejo abrir mão dos proventos relativos ao Ministério da Saúde, matrícula 0527639”.

15. Embora a irregularidade já pudesse ter sido saneada pela jurisdicionada, esta requereu deliberação da Corte sobre a questão.

16. Nessa medida, impõe-se preliminarmente assentar que, uma vez notificado o servidor acerca da irregularidade, resta instaurado o contraditório. Por óbvio, não há óbice a que, entendendo legítima a tripla acumulação, apresente o servidor as alegações que entender pertinentes, como de fato o fez. Desse modo, não há falar-se em malferimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

17. Quanto ao argumento de que deve incidir a decadência pelo fato de ter decorrido mais de cinco anos da concessão e homologação das aposentadorias, também entendemos que não deve merecer acolhida. É que, embora o quinquênio legal (art. 54, § 2º, da Lei 9784/99) seja fator impeditivo para a revisão de cada uma das concessões, o decurso do prazo não pode ser oposto à aplicação da norma constitucional que autoriza apenas a acumulação de duas aposentadorias (art. 37, XVI). Tanto que foi oportunizada ao interessado a opção por duas aposentadorias, entre as três pelas quais percebe vencimentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



18. Ao consultar os proventos do servidor no SIAPEnet verificou-se que ocorreu, no mês de novembro/14, o pagamento pelo Ministério da Saúde (fls. 1097). Ademais, deixou a jurisdicionada de adotar as providências pertinentes comprovando a efetividade da opção realizada, tendo em conta que não foi juntada aos autos a cópia da comunicação encaminhada ao Ministério da Saúde informando a opção do servidor e a consequente suspensão dos pagamentos.

19. Assim, cabe à jurisdicionada, ao informar o servidor acerca da inviabilidade da manutenção da tripla acumulação, fixar-lhe prazo para comprovar que deixou de perceber os estímulos provenientes do Ministério da Saúde, conforme opção já externada à PCDF.

- “2) o servidor José Henrique da Silva, aposentado nos cargos de agente de polícia e de motorista, para que opte por uma delas, por se tratarem de cargos inacumuláveis, nos termos constitucionais, adotando as providências pertinentes e encaminhando ao Tribunal a documentação que comprove a efetividade da opção realizada;”

20. Visando cumprir a determinação do Tribunal, a jurisdicionada informou que o servidor foi notificado em 17.09.2014 e, passados 30 (trinta) dias, deixou de apresentar a opção por uma das duas aposentadorias. Solicita, em seguida, que esta Corte de Contas delibere sobre as providências a serem adotadas pela PCDF. Antes de efetuarmos a análise deste item, cabe informar que este Tribunal já deliberou sobre as providências a serem adotadas pela jurisdicionada, cabendo à PCDF o Poder-Dever de agir quando detectada a acumulação ilegal de cargos.

21. Verifica-se da notificação presente às fls. 975 que “todo o rito deste processo obedecerá ao disposto na Lei nº 9.784/99, e o servidor terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste para apresentar a esta Instituição os comprovantes de opção efetuada...”. Primeiramente, cabe informar à PCDF que o rito do processo de acumulação ilegal de cargos deve observar os ditames do artigo 133 da Lei nº 8.112/90 e o prazo para que o servidor apresente a opção é de dez dias improrrogáveis. Em segundo lugar, a legislação supracitada pela jurisdicionada é de caráter subsidiário e somente se aplica naquelas oportunidades em que não há legislação específica sobre o tema, o que não é o caso.

22. Seguindo a legislação de regência, a PCDF deveria ter adotado procedimento sumário para a apuração e regularização imediata das acumulações, no prazo estabelecido pelo § 7º do art. 133 do Estatuto dos Servidores Públicos.

23. Embora a jurisdicionada não tenha realizado os atos de sua competência, é salutar informar que o servidor José Henrique da Silva apresentou resposta à notificação efetuada pela PCDF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



diretamente nesta Corte de Contas, conforme se vê às fls. 845/903 (o documento também consta as fls. 1026 a 1086). Assim, passa-se à análise da resposta à notificação apresentada pelo servidor.

24. Observa-se, no documento de fls. 845/854, que a argumentação do servidor, por meio de seu procurador, girou em torno dos seguintes aspectos:

a) impossibilidade do exercício de seu direito à ampla defesa e ao contraditório, oportunidade em que o servidor apresentaria sua defesa expondo suas razões e justificativas para a manutenção das aposentadorias;

b) a situação do servidor se enquadra no disposto no art. 11 da EC nº 20/98 e a percepção de ambos os proventos é permitida tendo em conta que são pagos por regimes previdenciários distintos.

25. Quanto ao primeiro ponto levantado pelo servidor, cabe trazer os mesmos argumentos utilizados na análise da acumulação de cargos do servidor Euler Costa Vidigal. Ao ser notificado acerca da irregularidade, resta instaurado o contraditório. Assim, não há óbice a que, entendendo pertinente a acumulação, apresente suas alegações de defesa, como de fato o fez. Dessa forma, resta-se superada a questão relativa ao não cumprimento do exercício do contraditório e da ampla defesa.

26. Em relação ao segundo ponto levantado pelo servidor, de fato, a situação do servidor estava amparada pela Decisão nº 4.906/2010, que assim dispôs:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I - informar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que o Tribunal de Contas do DF:

a) tem por juridicamente possível a acumulação de duas aposentadorias pagas por entes federativos distintos, se embasar-se na ressalva constante do art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/1998;

b) entende que, tendo em conta o caráter alimentar dos proventos, os princípios da segurança jurídica, da proteção à confiança, da isonomia e da razoabilidade, bem como a ausência de legislação que regule a matéria, o teto constitucional, referente à situação prevista na alínea anterior, deve incidir sobre os proventos considerados "de per si", isto é, não tomados cumulativamente;

c) as situações previstas nas alíneas anteriores podem ser alteradas em razão do que vier a ser decidido definitivamente no Mandado de Segurança nº 26.974-DF,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



que tramita no Supremo Tribunal Federal, ou da edição de normas legais ou regulamentares em atendimento ao Acórdão 564/2010 - Plenário/ TCU;

II - determinar à PGDF e à 4ª Inspeção de Controle Externo que acompanhem a tramitação dos Processos TC nºs 001.816/2004-1 e 030.632/2007 no TCU e do Mandado de Segurança nº 26.974 no Supremo Tribunal Federal, devendo a segunda manter o Plenário informado dos eventuais desdobramentos.

Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator.

(Decisão TCDF nº 4906/2010)

27. Porém, em recente julgado, na Decisão nº 3.034/2014, esta Corte tornou sem efeito o item I da Decisão nº 4.906/2010, não havendo mais respaldo para a percepção de proventos em dois vínculos para cargos inacumuláveis, ainda que de esferas distintas.

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – reformar a Decisão nº 4.906/2010 para tornar sem efeito seu item I, considerando o que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 602.946, 463.028, 584.388 e 498.944, Agravo de Instrumento nº 799.716, Mandados de Segurança nºs 28711, 24664 e Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 708.176;

II – dar ciência desta decisão à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e aos demais órgãos e entidades integrantes do complexo administrativo distrital;

III – autorizar a devolução dos autos em exame à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para arquivamento.

O Conselheiro PAIVA MARTINS deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC.

(Decisão nº 3.034/2014)

28. Esse posicionamento está em consonância com o art. 11 da EC nº 20/1998, com o art. 40, § 6º, da CRFB e também com o que já decidiu o TJDF, in verbis:

Servidor público. Aposentadoria. Ingresso novamente no serviço público. Acumulação de proventos. Cargos não acumuláveis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



O servidor que se aposentou e, após aprovação em concurso público, ingressou novamente no serviço público, ocupando cargo não acumulável, ao se aposentar no novo cargo, não poderá acumular os proventos de aposentadoria do novo cargo com os do outro cargo no qual estava aposentado, ainda que se trate de cargo de diferente esfera de governo (art. 11, 2ª parte, da EC 20/98, c/c o § 6º do art. 40 da CF). Agravo provido.

(Acórdão n.708289, 20130020153606MSG, Relator: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, Relator Designado: JAIR SOARES, Conselho Especial, Data de Julgamento: 20/08/2013, Publicado no DJE: 04/09/2013. Pág.: 50)

29. Na mesma linha, também é o posicionamento do STF, como citado nos diversos julgados listados no item I da Decisão nº 3.034/2014, transcrita acima.

30. Assim, tendo em conta o que dispõe o art. 11 da EC nº 20/1998 e o que consta na Decisão nº 3.034/2014, cabe à jurisdição científica o servidor para que opte por uma das aposentadorias, por se tratarem de cargos inacumuláveis, nos termos constitucionais, adotando as providências pertinentes e encaminhando ao Tribunal a documentação que comprove a efetividade da opção realizada, atentando para os prazos estabelecidos no art. 133 da Lei nº 8.112/90.

- “c) oficial à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para que suspenda o pagamento do auxílio-alimentação aos servidores Alexandre França Ricciardi, Simone Correa Rosa, Erudith Mendes Rocha Curado e Márcia Schelb, os quais optaram por receber o benefício pela Polícia Civil do Distrito Federal;”

31. Atendido. As providências adotadas pela SES foram encaminhadas ao TCDF por meio do Ofício nº 2.920/2014 - GAB/SES (fls. 803/844), de 06.10.2014. Observou-se nos contracheques do mês de novembro/14, em consulta ao SIGRH, a inexistência de pagamento do auxílio-alimentação aos servidores ora listados (fls. 1098 e verso).

- “d) apure, com vista ao ressarcimento ao erário, os valores do auxílio-alimentação percebidos indevidamente, de março/2011 até a cessação do pagamento em duplicidade, pelos servidores elencados na alínea anterior e por Cristiane Alves Costa, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Marise Helena Frigini da Silva, Ricardo César Frade Nogueira, Vilson de Matos Lima e Cristiano Gonçalves Fleury Curado, a teor da legislação de regência (art. 22, § 2º, da Lei Federal nº 8.460/92, com redação dada pela Lei Federal nº 9.527/97 e o art. 112, inciso II, da Lei Complementar nº 840/2011) e da jurisprudência do TCDF (inciso V da Decisão nº 485/2011), noticiando, ainda, quanto a José Geraldo de Andrade Júnior



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



e Edmilson Mendes Coutinho, o resultado das apurações tratadas nos Processos nºs 052.000.763/2014 e 052.000.762/2014, respectivamente;”

32. Conforme consta a fl. 907, a PCDF arrolou, no quesito ressarcimento ao erário, os servidores contemplados na alínea “c” e na alínea “d” do item 2. Desse modo, a devolução ao erário de valores recebidos indevidamente pelos servidores Alexandre França Ricciardi, Simone Correa Rosa, Erudith Mendes Rocha Curado, Márcia Schelb, Cristiane Alves Costa, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Marise Helena Frigini da Silva, Ricardo César Frade Nogueira, Vilson de Matos Lima e Cristiano Gonçalves Fleury Curado, a título de auxílio-alimentação deve ser realizada pela SES, tendo em conta que optaram pelo recebimento do benefício na PCDF. Entretanto, caberá à PCDF certificar-se junto à Secretaria de Estado de Saúde se já houve a devolução dos valores percebidos em duplicidade pelos servidores nominados, noticiando o fato ao Tribunal.

33. Em relação ao servidor José Geraldo Andrade Júnior foi apurado um débito no montante de R\$ 11.309,05 no vínculo com a PCDF, que informa ter o servidor entrado com recurso junto à SES (fl. 967 e 977).

34. No tocante ao servidor Edmilson Mendes Coutinho, informou a jurisdicionada ter efetuado o cálculo do montante pago em duplicidade (R\$ 5.568,64) e iniciado o desconto a partir da folha de setembro/14. Em consulta ao SIAPEnet verificou-se a efetivação das medidas nos meses de setembro e outubro/14 (fls. 978, 1099 e 1100).

- “e) encaminhe ao Tribunal o resultado das apurações e respectivas providências adotadas relativamente às situações relatadas no inciso V, alínea “e”, da Decisão 1.211/2014, de modo que, confirmada qualquer irregularidade na percepção de pensão temporária, adote as providências previstas na legislação de regência (Lei nº 3.373/58) e na jurisprudência do TCDF (Decisão nº 1.327/2007), incluindo a imediata cessação dos pagamentos e apuração dos valores recebidos indevidamente para fins de ressarcimento ao erário, sem olvidar dos princípios do contraditório e da ampla defesa;”

35. Visando atender à determinação, a jurisdicionada fez um apanhado das situações (fls. 907/908) juntando aos autos a documentação apresentada pelas pensionistas, cujas análises ocorrerão individualmente.

36. Em relação à pensionista Renata Borges Sevilha, foi acostada aos autos documentação comprobatória demonstrando que a mesma foi convocada para a prestação de serviço militar temporário no Ministério da Defesa. Atualmente, a pensionista encontra-se prestando serviços à Força Aérea Brasileira, também



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



em contrato temporário. Dessa forma, tem-se por superada a determinação.

37. Apesar de não ter havido demanda específica do Tribunal em relação à pensionista Erlane de Cássia Silva Mendes, foi juntada aos autos declaração de que exerce cargo comissionado no Ministério da Educação (fls. 994/1000). Conforme já noticiado no Relatório de Auditoria (fls. 614), tal situação não está alcançada pela vedação legal à percepção do benefício.

38. A pensionista Simone Cristina Vaz Velloso a fls. 989/993 declarou ter tido três filhos com o mesmo genitor, mas que não contraiu com ele união estável. Aduziu, ainda, que seus filhos nasceram anteriormente ao início da pensão. De fato, a pensão foi instituída a partir de 01.01.1991, conforme consta da fl. 1101, tendo seu filho mais novo nascido em 29.10.1990 (fls. 1102) poucos dias antes da instituição da pensão. Impende ressaltar que o registro da união estável não é necessário para caracterizar a situação em si, para tanto basta que haja união duradoura, pública, contínua e estabelecida com intenção de constituição de família.

39. Tendo em conta a existência de três filhos havidos com o mesmo genitor e o período de tempo curto entre o nascimento do último filho e a instituição da pensão, presume-se que durante um período determinado a pensionista manteve relacionamento duradouro que caracterizou união estável como entidade familiar, fato que merece maiores esclarecimentos, considerando que o direito ao benefício presume a pré-existência das hipóteses previstas em lei, de modo que uma vez descaracterizada a condição de filha maior solteira, que pode ser conferida pela contração de união estável, a concessão do benefício não seria devida.

40. Em relação à Anézia Maria de Alencar Eulálio, informa que a pensionista firmou declaração de não ter vínculo com o Ministério da Cultura, bem como que é solteira. Em consulta ao SIAPE, verifica-se que o status "CASADO" permanece. Todavia, diante da certidão de nascimento atualizada apresentada pela pensionista, tem-se por atendida a determinação (fls. 979/983). Em situações regulares também encontram-se as pensionistas Luzia Maria Galhenho Neta, Maísa de Araújo Lopes da Silva e Mônica Maria Costa Dalosto, casos em que se pode considerar cumpridas as determinações, tendo em conta a apresentação de certidões de nascimento atualizadas e a ausência de indícios de descumprimento dos ditames legais que regem a espécie (fls. 1001/1015).

41. Já a pensionista Miriam da Silva Freitas declarou não ter constituído união estável com Gleirison Caixeta. Informou ainda ser "solteira, tenho filhos com ele. Não registrei união estável" (fls. 984/988). Impende ressaltar que o registro da união estável não é necessário para caracterizar a situação em si, para tanto basta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



que haja a união duradoura, pública, contínua e estabelecida com intenção de constituição de família.

42. Analisando as informações presentes aos autos, quais sejam, registro no SIGRH de Gleirison Caixeta como cônjuge da pensionista - Estado Civil “UNIÃO ESTÁVEL” – fls. 529 (tal status somente pode ser inserido no sistema SIGRH a pedido da pensionista e com apresentação de, no mínimo, declaração de que convive em situação de união estável) - e a existência de filhos havidos entre ambos, pressupõe que durante um período determinado a pensionista manteve relacionamento duradouro que caracterizou união estável como entidade familiar.

43. Assim, o órgão deverá proceder ao cancelamento do pagamento do benefício da pensão temporária na condição de filha maior e solteira, sem olvidar o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa. Tal procedimento se deve ao fato de que, diante da precariedade da pensão temporária estatuída pela Lei nº 3.373/58, o benefício somente deve perdurar enquanto mantida a situação inicial que fundamentou a concessão, de modo que, uma vez descaracterizada a condição inicial, a perda do benefício não se reverte.

44. Observa-se que a jurisdicionada juntou aos autos (fls. 1087/1096) denúncia de Maria da Luz de Melo Meneses, pensionista vitalícia do ex-servidor José Alves Bezerra de Meneses, relatando que Tathiane Melo Meneses, pensionista temporária, na condição de filha maior solteira, vive maritalmente com Nelson de Tal desde 2012, residem no mesmo domicílio e partilham despesas domésticas. Chamada a se manifestar, a pensionista temporária negou a existência de união estável com Nelson de Tal, nunca ter convivido com ele, comprovou ser solteira afirmando que seus três filhos são de outra pessoa.

45. Diante da denúncia formulada pela mãe da pensionista Tathiane Melo Meneses e dos indícios de irregularidades apontados, sugere-se à PCDF que adote as providências de sua alçada para apurar a real situação da beneficiária temporária.

- “IV – esclarecer à jurisdicionada que, para regularidade dos processos apuratórios relativos a acumulação de cargos (especialmente dos servidores referidos no inciso III, alínea “a”, item 3 e para a situação tratada nos Processos nºs 052.000.305/2010, 052.000.919/2010 e 052.000.979/2010, respectivamente de interesse de Marina Ramthum do Amaral, Antônio Gomes Franqueiro e Alexandre Lacerda de Brito), é imprescindível a avaliação da compatibilidade horária, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, motivo pelo qual deve obter, junto ao servidor ou junto ao outro órgão/entidade empregador, informações acerca da carga horária lá exercida;”

46. Pelo Ofício nº 2040/2014-DGP (fls. 904/908), a jurisdicionada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



notícia o encaminhamento à Comissão Permanente de Acumulação de Cargos do Memorando nº 2395/2014 – DGP, datado de 09.09.2014 (fls. 1024/1025), solicitando informações a respeito dos julgamentos dos processos de acumulação de: Elvis Adriano da Silva Oliveira, Gilberto Pereira Alves, Ricardo Leite Santos Medeiros, Márcia Cristina Barros e Silva dos Reis, Márcia Schelb, Marco de Agassiz Almeida Vasques e José Ribamar Sousa Machado Filho. Por fim, solicitou que as informações deveriam ser encaminhadas até 30.09.2014, tendo em conta o prazo estabelecido por esta Corte de Contas. A última justificativa apresentada (fl. 908) do ofício mencionado deixa entrever que ainda pendem de conclusão os processos de acumulação de cargos dos servidores Marina Ramthum do Amaral, Antônio Gomes Franqueiro e Alexandre Lacerda de Brito, objetivando demonstrar a compatibilidade horária por eles exercida, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

47. Observa-se que os processos de acumulação em análise na jurisdicionada têm tramitado de forma morosa. Tal situação não se coaduna com o disposto na legislação vigente, tendo em conta o disposto no §7º do artigo 133 da Lei nº 8.112/90 que estabelece prazo de 30 dias para conclusão dos processos administrativos disciplinares submetidos ao rito sumário, decorrentes de apurações de acumulação de cargos.

48. Assim, reitera-se os termos do item IV da Decisão nº 1.211/14, alertando a jurisdicionada que o descumprimento imotivado ou reiterado de decisões do Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa, haja vista os incisos IV e VII do art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94.”

5.

Concluindo, o Corpo Técnico sugere ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento da instrução, bem assim dos documentos de fls. 802/1102, tendo por parcialmente cumprida a Decisão nº 4.016/2014;

II. reiterar à PCDF, para cumprimento em 60 (sessenta) dias, o item “III.a.1” da Decisão nº 4.016/2014 no que se refere aos servidores EUSTÁQUIO ALBERI DE CARVALHO e RICARDO DIAS CALDEIRA, a fim de corrigir no SIAPE o percentual de ATS para 23% e 22%, respectivamente;

III. reiterar à PCDF que, tão logo conclua os processos de acumulação dos servidores ANA MARIA CABRAL RIBEIRO, EDMILSON MENDES COUTINHO, ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA, GILBERTO PEREIRA ALVES, RICARDO LEITE SANTOS MEDEIROS, MÁRCIA CRISTINA BARROS E SILVA DOS REIS, MÁRCIA SCHELb, MARCO DE AGASSIZ ALMEIDA VASQUES e JOSÉ RIBAMAR SOUSA MACHADO FILHO, encaminhe o resultado da apuração a esta Corte de Contas para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



conhecimento, atentando-se para o conteúdo do §7º do artigo 133 da Lei nº 8.112/90, sem prejuízo de alertar a jurisdicionada de que o descumprimento imotivado ou reiterado de decisões do Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa, haja vista os incisos IV e VII do art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94;

IV. ter por improcedentes as alegações apresentadas pelos servidores EULER COSTA VIDIGAL e JOSÉ HENRIQUE DA SILVA, determinando à PCDF que:

a. dê ciência ao servidor EULER COSTA VIDIGAL acerca da inviabilidade da manutenção de tripla acumulação de aposentadoria, à vista do disposto no art. 37, XVI, da CF/88, fixando-lhe prazo para comprovar que deixou de perceber estipêndios de uma delas, a teor da opção já externada junto à PCDF;

b. cientifique o servidor JOSÉ HENRIQUE DA SILVA acerca da impossibilidade da manutenção da acumulação de proventos, à vista do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e o que consta na Decisão nº 3.034/2014, fixando-lhe prazo para optar por uma das aposentadorias, atentando ainda, para os prazos estabelecidos no art. 133 da Lei nº 8.112/90;

c. encaminhe ao Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias a documentação que comprove a efetividade das medidas constantes nas alíneas superiores.

V. determinar à PCDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei:

a. em relação ao item “III.d” da Decisão nº 4.016/14:

1) confirmar junto à Secretaria de Estado de Saúde a ocorrência da devolução dos valores percebidos em duplicidade pelos servidores ALEXANDRE FRANÇA RICCIARDI, SIMONE CORREA ROSA, ERUDITH MENDES ROCHA CURADO, MÁRCIA SCHELB, CRISTIANE ALVES COSTA, ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA, MARISE HELENA FRIGINI DA SILVA, RICARDO CÉSAR FRADE NOGUEIRA, VILSON DE MATOS LIMA e CRISTIANO GONÇALVES FLEURY CURADO, dando ciência ao Tribunal.

2) informar, quanto ao servidor JOSÉ GERALDO DE ANDRADE JÚNIOR, a decisão do recurso interposto nos autos do Processo nº 052.000.763/2014, bem assim as providências decorrentes;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



b. em relação ao item “III.e” da Decisão nº 4.016/14:

1) *em processo administrativo regular, seja oportunizado o exercício do contraditório e da ampla defesa às pensionistas MIRIAM DA SILVA FREITAS e SIMONE CRISTINA VAZ VELLOSO ante os fortes indícios de que as pensionistas conviveram em estado de união estável com os Srs. Gleirison Caixeta e Gilberto de Oliveira Soares, respectivamente, constando filhos havidos dos relacionamentos citados. Se for o caso, proceder ao cancelamento dos benefícios, bem como, tomar as devidas providências subsequentes;*

2) *adotar as providências de sua alçada com o fito de verificar a real situação da pensionista TATHIANE MELO MENESES, tendo em conta denúncia apresentada junto à PCDF de que vive ou já viveu em estado de união estável, informando esta Corte de Contas o resultado da apuração;*

VI. determinar à Secretaria de Estado de Saúde que, no prazo de 60 (sessenta) dias, e tendo em conta o disposto no item “III.d” da Decisão nº 4.016/14, informe acerca da devolução dos valores percebidos em duplicidade pelos servidores ALEXANDRE FRANÇA RICCIARDI, SIMONE CORREA ROSA, ERUDITH MENDES ROCHA CURADO, MÁRCIA SCHELB, CRISTIANE ALVES COSTA, ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA, MARISE HELENA FRIGINI DA SILVA, RICARDO CÉSAR FRADE NOGUEIRA, VILSON DE MATOS LIMA e CRISTIANO GONÇALVES FLEURY CURADO, dando ciência ao Tribunal.

VII. reiterar à PCDF o item IV da Decisão nº 4.016/14, alertando a jurisdicionada que o descumprimento imotivado ou reiterado de decisões do Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa, haja vista os incisos IV e VII do art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94.

VIII. autorizar a remessa de cópia da instrução e da Decisão que vier a ser proferida à PCDF para melhor compreensão da matéria.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

6. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 177/2015 (fls. 1117/1120), da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce às sugestões apresentadas pela Unidade Técnica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



VOTO

7. Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada na Polícia Civil do Distrito Federal, em atendimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2013, para verificar a regularidade dos pagamentos de parcelas remuneratórias (subsídios) efetuados a servidores ativos, inativos e pensionistas; da acumulação de cargos; de pensões concedidas a filhas maiores e solteiras; bem como o cumprimento de determinações contidas em concessões julgadas ilegais e legais com recomendação posterior.

8. O Tribunal, por meio da Decisão nº 4.016/14-CPM, determinou a realização de diligências pelo órgão jurisdicionado.

9. A Polícia Civil do Distrito Federal, por meio do Ofício nº 2.040/14-DGP (fls. 904/908 e anexos de fls. 909/1025), informou quais medidas foram adotadas para o cumprimento do **decisum**.

10. Ao analisar a documentação encaminhada, o Corpo Técnico aponta para o atendimento parcial da Decisão nº 4.016/14-CPM, sugerindo à Corte reiterar aquelas que foram descumpridas, com alerta ao órgão jurisdicionado quanto à possibilidade de aplicação da penalidade prevista nos incisos IV e VII do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94.

11. Ademais, a Unidade Instrutiva propõe a improcedência das justificativas apresentadas por dois servidores e novas determinações à Polícia Civil do DF.

12. O **Parquet** especializado se manifesta pelo acolhimento integral das sugestões alvitadas pela Instrução.

De acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos documentos de fls. 802/1102,

II. tenha por parcialmente cumprida a Decisão nº 4.016/14;

III. determine à Polícia Civil do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, dê fiel cumprimento:

a) ao inciso III, item 1 da Decisão nº 4.016/14 no que se refere aos servidores Eustáquio Alberi de Carvalho e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



Ricardo Dias Caldeira, a fim de corrigir no SIAPE o percentual de ATS para 23% e 22%, respectivamente;

b) inciso III, item 3 da Decisão nº 4.016/14 a fim de encaminhe o resultado da apuração dos processos de acumulação dos servidores Ana Maria Cabral Ribeiro, Edmilson Mendes Coutinho, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Gilberto Pereira Alves, Ricardo Leite Santos Medeiros, Márcia Cristina Barros e Silva dos Reis, Márcia Schelb, Marco de Agassiz Almeida Vasques e José Ribamar Sousa Machado Filho a esta Corte de Contas para conhecimento, atentando-se para o conteúdo do § 7º do artigo 133 da Lei nº 8.112/90¹;

c) inciso IV da Decisão nº 4.016/14 no sentido de esclarecer à jurisdicionada que é imprescindível para regularidade dos processos apuratórios relativos a acumulação de cargos a avaliação da compatibilidade horária, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, motivo pelo qual deve obter, junto ao servidor ou junto ao outro órgão/entidade empregador, informações acerca da carga horária lá exercida.

IV. considere improcedentes as alegações apresentadas pelos servidores Euler Costa Vidigal e José Henrique da Silva;

V. determine à Polícia Civil do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

a) dê ciência ao servidor Euler Costa Vidigal acerca da inviabilidade da manutenção de tripla acumulação de aposentadoria, à vista do disposto no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, fixando-lhe prazo para comprovar que deixou de perceber estipêndios de uma delas, a teor da opção já externada junto à Polícia Civil do DF;

b) cientifique o servidor José Henrique da Silva acerca da impossibilidade da manutenção da acumulação de

¹ § 7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



proventos, à vista do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e o que consta na Decisão nº 3.034/14, fixando-lhe prazo para optar por uma das aposentadorias, atentando para os prazos estabelecidos no art. 133 da Lei nº 8.112/90;

c) encaminhe ao Tribunal a documentação que comprove a efetividade das medidas constantes nas alíneas superiores;

d) confirme junto à Secretaria de Estado de Saúde a ocorrência da devolução dos valores percebidos em duplicidade pelos servidores Alexandre França Ricciardi, Simone Correa Rosa, Erudith Mendes Rocha Curado, Márcia Schelb, Cristiane Alves Costa, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Marise Helena Frigini da Silva, Ricardo César Frade Nogueira, Vilson de Matos Lima e Cristiano Gonçalves Fleury Curado, dando ciência ao Tribunal;

e) informe quanto ao servidor José Geraldo de Andrade Júnior a decisão do recurso interposto no Processo nº 052.000.763/2014, bem assim as providências decorrentes;

f) oportunize, no processo administrativo regular, o exercício do contraditório e da ampla defesa às pensionistas Miriam da Silva Freitas e Simone Cristina Vaz Velloso ante fortes indícios de que as pensionistas conviveram, respectivamente, em estado de união estável com os Srs. Gleirison Caixeta e Gilberto de Oliveira Soares, e que destes relacionamentos foram gerados filhos. Se for o caso, proceda ao cancelamento dos benefícios, bem como, tome as devidas providências subsequentes;

g) adote as providências de sua alçada com o fito de verificar a real situação da pensionista Tathiane Melo Meneses, tendo em conta denúncia apresentada junto à Polícia Civil do DF de que vive ou já viveu em estado de união estável, informando esta Corte de Contas o resultado da apuração;

VI. determine à Secretaria de Estado de Saúde que, no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5



prazo de 60 (sessenta) dias, informe acerca da devolução dos valores percebidos em duplicidade pelos servidores Alexandre França Ricciardi, Simone Correa Rosa, Erudith Mendes Rocha Curado, Márcia Schelb, Cristiane Alves Costa, Elvis Adriano da Silva Oliveira, Marise Helena Frigini Da Silva, Ricardo César Frade Nogueira, Vilson de Matos Lima E Cristiano Gonçalves Fleury Curado, disso dando ciência ao Tribunal;

VII. alerte a Polícia Civil do Distrito Federal que o descumprimento imotivado ou reiterado de decisões do Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa prevista nos incisos IV e VII do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94

VIII. autorize:

a) a remessa de cópia da Informação de fls. 1103/1107, do Parecer nº 177/15 (fls. 1117/1120), deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Polícia Civil do DF;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para os devidos fins.

Sala das Sessões, 17 de março de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator